

MUNICIPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº. 5/2007

-----ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E SETE. -----

Aos vinte e um dias do mês de Dezembro do ano dois mil e sete, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, convocada nos termos do artigo 49.º, n.º 1, e do artigo 54.º, n.º 1, alínea b), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conforme anúncio público afixado por Edital, de 11 de Dezembro de 2007, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Ponto Um – Informação escrita a apresentar pelo senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea e) do nº1, do art. 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----Ponto Dois – Pedido de autorização para lançamento da Derrama para o ano 2008; -----

-----Ponto Três – Discussão e Aprovação dos Documentos Previsionais de Gestão para 2008 – Orçamento e Grandes Opções do Plano; -----

-----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes Deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -----

-----Rui Monteiro Picciochi; -----

-----Vitor Dias da Silva; -----

----- Emmanuel José Amaral; -----

-----José Maria Chambel Esteves; -----

-----Paulo Fernando da Graça Constantino; -----
-----Benjamim Abalada Reis; -----
-----Paulo Alexandre Mateus Passos; -----
-----Carlos Miguel Timóteo Pires; -----
----- Eduardo Cristóvão Gil de Oliveira; -----
----- Valter Augusto Peres Caldeira; -----
-----João Manuel Alves Gralha; -----
-----João Filipe Ricardo; -----
-----Cleide Maria Cachado Nuncio Santos; -----
-----Aníbal Júlio Rodrigues; -----
-----Júlio do Rosário da Graça Barata; -----
-----Fernando Marques Aparício; -----
-----Manuel Pequito Cardoso. -----

Não comparecendo o Senhor Deputado Municipal Maria do Rosário Lourenço M. Correia, tendo apresentado a respectiva justificação da falta. -----

-----Nos termos do artigo 48.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara Dr. Vítor Miguel Martins Arnaut Pombeiro. Tendo assistido, ainda, os Senhores Vereadores em regime de permanência: Rui Constantino Martins e Manuel Maria Ferreira Honório e os Senhores Vereadores em regime de não permanência: Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett e Paulo Alexandre da Cunha Tavares. -----

-----Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, apresentando as boas vindas ao executivo camarário. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a apreciação o projecto de acta número 4 da reunião do dia 28 de Setembro de 2007, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo.

Para intervir sobre a acta inscreveu-se o seguinte Deputado: -----

O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** solicitou que os anexos fossem juntos à acta. -----

Após a intervenção por parte do senhor Deputado, foi submetido à votação o projecto da acta número 4/2007 da reunião realizada a 28 de

Setembro de 2007, sobre o qual não foram propostas rectificações, tendo sido aprovado por maioria, com 1 voto contra do Senhor Deputado Vítor Dias da Silva e 5 abstenções dos Senhores Deputados Valter Caldeira, Fernando Aparício, Júlio Barata, Emmanuel Amaral e Eduardo de Oliveira. -----

De seguida questionou os senhores deputados se pretendiam realizar algumas observações à lista de expediente. – (vide anexo 1) -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou a Assembleia Municipal que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Atalaia, Senhor Nuno Gameiro, apresentou um ofício a solicitar a sua substituição na Assembleia Municipal, pelo Senhor Júlio Barata. -----

Pelas 21h14m, compareceu na reunião a Senhora Deputada Ana Rita Lopes Inácio e pelas 21h17m compareceu o Senhor Deputado Inocêncio Rodrigues Cruz. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Após as inscrições para intervenção no período antes da Ordem do Dia, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos deputados da Assembleia Municipal: -----

O Senhor Deputado **Aníbal Rodrigues** tomou a palavra para ler uma mensagem de Natal – **(vide anexo 2)** -----

Por outro lado solicitou informação sobre o Programa Nacional de Barragens, mais precisamente sobre a Barragem do Almourol no Rio Tejo; -----

O Senhor Deputado **Fernando Marques Aparício** desejou, em nome da Junta de Freguesia da Moita do Norte, um Bom Natal e Boas Festas a todos os presentes. -----

Solicitou esclarecimento sobre os seguintes assuntos: -----

- De quem é a responsabilidade da passagem pedonal na Ponte da Pedra, cujos acessos não são os mais indicados para quem se dirige da Moita ou da Atalaia para o Entroncamento, assim como o risco das árvores que têm os ramos a cair para estrada; -----

- Como está a questão dos vidrões que se encontram cada vez mais lotados pelo facto das pontes estarem encerradas. -----

- Por último em relação ao viaduto sobre o IC3, questionou a Câmara sobre a possibilidade de pressionar o Instituto de Estradas de Portugal (IEP) a proceder à limpeza da passagem pedonal, da sua responsabilidade, de modo de modo a garantir a segurança das pessoas que transitam nestas vias. -----

O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** desejou a todos os presentes Boas Festas e passou a solicitar alguns esclarecimentos: -----

- Questionou o Senhor Presidente da Câmara no sentido de saber se as associações têm declarado às Finanças os subsídios que recebem visto que finanças estão a cobrar IRC pelos subsídios recebidos, como é o caso de uma associação de Tomar, o União de Tomar. -----

- Relativamente ao Parque Almourol referiu notar algum desânimo em relação às actividades e à utilização de equipamentos, questionando a Câmara sobre eventuais alterações. -----

-Em relação ao quiosque colocado no Largo das Festas interrogou a Câmara se foi realizado concurso para a sua colocação. -----

- No que respeita ao site da Câmara referiu que tem sido difícil o seu acesso e por último, relativamente à limpeza dos lavadouros, questionou a Câmara sobre a razão da sua limpeza ser efectuada pelo arrendatário quando este lhe pertence. -----

O Senhor Deputado **Vitor Dias da Silva** interrogou o executivo camarário no sentido de saber qual a situação da Estrada da Roda, que se encontra num estado lamentável, afirmando que o Presidente da Câmara devia interessar-se pelo seu melhoramento. -----

O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** desejou Boas Festas a todos os presentes assim como aos funcionários da Câmara, em especial aqueles que prestam apoio à Assembleia Municipal. -----

Mencionou uma frase do Padre António Vieira "...Há dias para todos os comerem, há peixes para todos os paladares, há frutas para diversas estações do ano, mas os pobres e infelizes são fruto e comer todos os dias dos ricos e poderosos...". -----

Solicitou informações acerca dos seguintes assuntos: -----

- Se a Igreja Matriz de Tancos se encontra ao abandono, como se diz; -----

- Para quando a colocação de um posto de turismo/ balcão, junto ao Castelo

de Almourol; -----

- Qual o motivo do Festival de Jazz ter deixado de se realizar; -----

Em relação à questão levantada pelo Presidente da Junta de Freguesia da Moita do Norte acerca do viaduto do Cardal e da passagem pedonal na Ponte da Pedra, referiu que se tratam de assuntos já muito debatidos e questiona o motivo pelo qual ainda não se encontram resolvidos. -----

O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** mencionou o mau estado da Estrada da Roda e afirmou que poderia haver um maior cuidado na sua manutenção. ----

Por outro lado, questionou a Câmara quanto à sua posição sobre a construção da Barragem do Almourol. -----

----- **Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados, tendo em resposta:** -----

Em relação ao Programa Nacional de Barragens referiu que no início de Outubro foram apresentadas um conjunto de barragens no âmbito do Plano Nacional e com previsão de execução na sua totalidade até 2020, plano esse onde estava incluída a Barragem do Almourol. Referiu que a sua localização ficava a 2km do Castelo de Almourol, ao lado da Praia do Ribatejo, Zona da Galiana. Mencionou que os elementos que estavam disponíveis na Internet, no Site do INAG não eram significativos, nem esclareciam um conjunto de dúvidas e que esteve presente em algumas sessões de esclarecimento no INAG e em duas reuniões técnicas, solicitadas em conjunto com o Município de Constância, com os grupos de consultores que lideram este processo. Informou que na última reunião, ainda no período da discussão pública, ficou assente que iria ser estudada uma hipótese de barragem localizada a jusante de Constância em que se colocaria a hipótese de realizar uma espécie de transvaze da água que saindo do Castelo de Bode voltaria entrar nessa Barragem. Referiu que foi equacionado o inconveniente de existir menos água na Foz do Zêzere, com impacto significativo na área urbana da vila de Constância, o qual poderia ser ultrapassado com uma pequena obra de construção de um açude perto da foz do Zêzere. Referiu que o Município de Constância considerou esta alteração razoável e que do ponto de vista dos interesses das áreas urbanas esta proposta não os colocava em causa.

Mencionou que não se conhecem os actuais impactos que estão a ser enunciados pela Câmara de Abrantes. Referiu que nesta fase irá realizar-se um estudo de impacto ambiental específico relativamente ao projecto e que será analisada a viabilidade da barragem. Além disso, referiu que quando a proposta ainda referia a localização adoptada inicialmente e quem ler com alguma atenção os impactos referidos nos documentos que estavam na Internet constatarem que estes se limitavam ao desaparecimento de algumas espécies de peixes, tendo ele próprio sugerido que estudassem os impactos sobre as comunidades que habitam naquelas zonas populacionais, as quais foram consideradas nos estudos como não sofrendo qualquer impacto. -----

- Relativamente à ribeira da Ponte da Pedra referiu que foi executada a sua limpeza há relativamente pouco tempo pela brigada de reclusos. -----

- Em relação aos ecopontos referiu que é uma situação muito problemática, devido ao facto da Resitejo estar numa situação de incapacidade e ruptura para dar resposta à recolha dos resíduos. Referiu que o grosso dos resíduos está a norte do Tejo e que as viaturas da Resitejo não passam na ponte da Chamusca, nem na ponte da Praia do Ribatejo, tendo que se dirigir a Abrantes ou a Santarém, à Ponte Salgueiro Maia, fazendo um percurso de mais 70 km. Sendo assim, informou que a Câmara vai implementar para alguns dos principais produtores, em especial do cartão, um processo que permita assegurar a sua recolha quase personalizada sem recurso aos ecopontos. Para terminar, informou que durante o ano de 2008 irá haver algum reforço dos ecopontos, cerca de 1 ou 2 por freguesia. -----

- Relativamente à questão dos subsídios afirmou que se trata de um assunto que diz respeito a cada Associação, as quais devem saber quais as obrigações que devem cumprir em função dos subsídios que recebem da Autarquia. -----

- No que respeita ao Parque Almourol mencionou que houve um conjunto de decisões tomadas recentemente e que resultaram de uma insatisfação que existia nomeadamente à gestão dos Centros Náuticos. Referiu que estes Centros têm uma gestão conjunta e que a empresa concessionária não rentabilizou os seus potenciais. Informou que neste momento a concessão foi entregue a uma nova empresa na área do “outdoor”, desporto de aventura, que será a nova entidade gestora dos Centros Náuticos, existindo expectativas de

alteração do nível de actividades realizado durante o ano de 2008 nestas infra-estruturas. -----

- A propósito do quiosque no Largo das Festas referiu que não se trata de um quiosque municipal, mas de uma autorização de um pedido de ocupação de via pública para a colocação do referido quiosque. -----

- Relativamente aos Lavadouros na Fonte da Moita referiu que a moradia é habitada por um senhor que outrora foi capataz da Câmara e que nela continuou a residir após a reforma, tendo a Câmara pretendido regularizar a situação através de um contrato de modo a evitar que a inexistência de qualquer título gera-se uma forma de aquisição de propriedade, como seja o uso capião, tendo sido acordada como obrigação acessória a limpeza dos referidos lavadouros. -----

- Em relação à Estrada da Roda mencionou que a Câmara tem pressionado o Instituto de Estradas de Portugal designadamente no sentido de que a sinalização deixa-se de se localizar no nó da Roda e passa-se a localizar-se no nó da Atalaia. Por outro lado, referiu que não é por falta de pedido da Câmara que a obra não está realizada e que existe uma maior dificuldade pelo facto das Estradas de Portugal se terem transformado de instituto em empresa. -----

- No que respeita à Igreja Matriz de Tancos referiu que se trata de uma situação que entristece pelo seu significativo estado de degradação cuja propriedade pertence à Diocese. Referiu que o Senhor Presidente de Junta de Tancos se disponibilizou para pagar a tinta para a sua pintura, mas que pelo facto do edifício carecer de inúmeras obras a Câmara disponibilizou-se a suportar os custos do projecto e a candidatar-se a apoios para a sua recuperação visto não se justificar a pintura quando são necessárias obras. ---

- A propósito do Posto de Turismo referiu que a Câmara vai assinar um protocolo, no 1º trimestre de 2008, relativo ao Castelo de Almourol e que a Câmara vai passar a ter um título que lhe atribui a responsabilidade pela Musealização do Castelo de Almourol. Mencionou que a minuta do referido protocolo já foi aprovada pelo Ministério da Defesa e que também será apresentado numa próxima reunião de Câmara. -----

- Por último referiu que o Festival de Jazz não se tem realizado essencialmente por limitações financeiras, referindo que o ano de 2008 pode vir a ser um ano

de retoma da actividade cultural visto que no âmbito do QCAII foi ainda possível aprovar uma candidatura no âmbito do Parque Almourol que concede apoio comunitário na área da promoção e realização de eventos culturais. ----

O Senhor Presidente colocou à votação a Ordem de Trabalhos, que foi aprovada por maioria com uma abstenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira. -----

--- Nesta altura, o Senhor Presidente da mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, mas não havendo inscrições, seguiu-se a Ordem de Trabalhos: -----

----- Ponto Um – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea e) do nº1, do art. 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. ----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar a informação da actividade municipal ao abrigo da alínea e) do nº1, artigo 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **(vide anexo 3)** -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** colocou à apreciação dos senhores deputados a possibilidade de se prescindir da leitura da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara que é distribuída atempadamente aos Senhores Deputados e que poderia se dada a conhecer ao público presente através da distribuição de exemplares do documento. -----

O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** referiu que considera importante a leitura da informação escrita para quem está a assistir à sessão da Assembleia, considerando que se devem manter certos procedimentos relativos à informação e à participação das pessoas numa sessão pública. -----

O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** referiu que gostaria de ouvir a leitura e que o legislador instituiu esta informação para ser lida pelo seu autor, caso contrário no futuro passaríamos a realizar assembleias de carácter virtual. ----

O Senhor Deputado **Valter Caldeira** referiu que a leitura da informação escrita é importante, à semelhança de uma escritura, e permite reavivar a expressão utilizada pelo seu autor, podendo começar a tornar-se a reunião muito virtual. -----

Após as inscrições, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Deputados da Assembleia Municipal: -----

O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** relativamente à informação escrita referiu que sendo época natalícia era de bom agrado que a Câmara desse alguma prenda com seja a descida do IRS. -----

Mencionou que na mesma não consta nada acerca das geminações, nomeadamente, sobre a recente viagem a Cabo Verde. -----

Salientou e referiu que aplaude o apoio dado pelo Núcleo da Acção Social com as Juntas de Freguesia ao preenchimento de documentação e que, de igual modo, a Câmara deve dar apoio às colectividades quanto aos subsídios. -----

Referiu que não conseguiu perceber a questão do Plano Municipal de Defesa Floresta quando se refere que este é constituído por diversos elementos e perguntou se a estimativa para a sua implementação representa o seu custo e qual o seu montante. -----

Relativamente à Barragem do Almourol afirmou que não concorda com a opinião de que esta não tenha interesse por se localizar fora do concelho de Vila Nova da Barquinha quando pode ter influência no próprio Castelo de Almourol. Além disso, não concorda que a barragem seja associada ao nome “Almourol”. -----

Solicitou informação em relação à beneficiação da EN3, onde começa e termina. -----

De igual modo solicitou informação sobre o valor das taxas referenciadas no processo nº13 constante dos processos judiciais em curso. -----

Relativamente à parte financeira mencionou que a execução é o que é e que, como no ano anterior, a maioria não foi executada, tendo solicitado esclarecimento quanto aos factos da Junta da Moita do Norte não ter recebido o que estava previsto assim como as outras Juntas de Freguesia, bem como quanto à causa do significativo aumento de despesas de pessoal com o executivo municipal. -----

O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** solicitou informação sobre como foi feita a concessão de exploração dos Centros Náuticos e a constituição da empresa.-

A propósito do Centro Educativo referiu que os Deputados da CDU pretendem dar um contributo positivo para a construção deste Centro, para que sejam

tornadas prioritárias as questões energéticas. De igual modo, perguntou se já se encontra definida uma localização para o referido Centro Educativo. -----
Solicitou que a informação escrita fosse acrescentada de um cronograma relativo aos projectos em execução onde conste quando se iniciam e terminam, as entidades envolvidas e as verbas em questão. -----
A propósito do piso relvado do campo da Atalaia perguntou se este seria sintético ou natural e como vai ser feito. -----
Solicitou esclarecimento acerca do Contrato Local de Acção Social. -----
Interrogou o executivo camarário no sentido de saber quem é a plataforma Médio Tejo, como se constitui, o que une estes Municípios e qual é a sua estratégia. -----
O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** referiu que a informação escrita é demasiado lacónica, mas que está a caminhar no bom sentido. -----
Salientou que no Centro de Negócios apenas se encontram 3 empresas em instalação o que significa que a empresa constituída para o gerir deve estar para fechar porque realmente é desnecessária. -----
O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** referiu que nesta sessão já se falou em muitas siglas que muitos não sabem o seu significado, advertindo para a necessidade de se adoptar um discurso expresso que permita uma maior clareza em nome dos princípios democráticos. -----
O Senhor Deputado **Inocêncio Cruz** solicitou informação acerca das seguintes questões: -----
- O que é o projecto do Fórum Juventude, para que serve e quais os seus objectivos. -----
- Referiu que se encontram em ebulição muitos projectos na Câmara, mas que é importante saber da sua conclusão e resultados. -----
- Interrogou no âmbito do Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social sobre o que é e para o que é. -----
- Qual foi a avaliação do Programa da Rede Social. -----
- Referiu que é insuficiente veicular informação no site da Câmara visto que nem toda a gente tem acesso ao mesmo. -----
- Solicitou informação sobre quais as conclusões da Plataforma do Médio Tejo que se realizou no concelho no dia 03 de Outubro. -----

- Solicitou informação quais as instituições que fazem parte do Programa Pares, assim como as que promovem a Creche e o Centro de Dia, o Lar Residencial e o Centro de Actividades Ocupacionais. -----

- Relativamente à recolha de donativos para Cabo Verde referiu que acha bem e mal, tendo solicitado informação no sentido de saber em que campanha foi inserida. Referiu que quando foi decidida a geminação com Cabo Verde foi mencionado que não se iria fazer mera caridade, mas sim um projecto de integração, contudo considera que o que se fez foi por caridade devido ao facto de ir começar o ano escolar. Referiu ainda que o processo de Geminação é um projecto sério, de apoio e sobre o qual importa realizar um trabalho profundo.

O Senhor Deputado **Valter Caldeira** solicitou esclarecimento sobre o que está mencionado na página 2 da informação escrita "...Acresce ainda o facto, de proporcionar pagamentos de salários acima da média, pelo que permite "captar" famílias para o nosso Concelho, com qualidade de vida...", pretendendo saber qual o motivo da referência a "salários acima da média". ---

----- **Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tendo em resposta:** -----

- Em relação ao Plano Municipal Defesa da Floresta referiu que foi elaborada uma estimativa orçamental que prevê até 2011 investimentos de cerca €350.000, distribuídos por várias vertentes, como a melhoria da eficácia e a sensibilização. De igual modo referiu que o Plano foi enviado e que a sua execução fica dependente do seu financiamento para além da Câmara Municipal, salientando que será possível realizar uma intervenção mais integrada de defesa da floresta desde que sejam disponibilizados fundos comunitários e sejam realizados protocolos com a Administração Central. -----

- Relativamente à Estrada Nacional nº3, referiu que foi feita uma intervenção de transformação em arruamento desde o cruzamento com o Cardal, a Valura, até ao Soltejo. Informou que o projecto inclui também intervenções respeitantes ao cruzamento com a 110 e à rectificação do cruzamento com o Cardal, da EN3 que vem da Barquinha e do Entroncamento e que vai para a Atalaia, como ainda os arranjos paisagísticos e as infra-estruturas eléctricas que se estendem até ao cruzamento da Rua da Barca. -----

- A propósito do processo judicial em curso com a Optimus informou o Senhor Deputado Eduardo de Oliveira que não se encontra em condições de poder responder e que prestará essa informação posteriormente se assim pretender.-
- Por outro lado informou que a verba que a Junta de Freguesia de Moita do Norte não recebeu em 2007 irá receber em 2008. -----
- Informou que os vencimentos do executivo vão ser os mesmos, constatando-se que o acréscimo da rubrica referida ocorreu por via das regras de classificação visto que os pagamentos pela ADSE são registados, entram na área funcional do executivo Municipal e que, infelizmente, estão a ser pagos valores bastante altos com encargos com a saúde. -----
- Relativamente ao Centro Náutico referiu que houve uma cessão da posição contratual por parte da empresa concessionária, que passou a sua posição para outra empresa. Referiu que está previsto um projecto que terá incidência fundamentalmente em Constância referenciado no programa inicial do Parque Almourol e coordenado pelo Arquitecto Bruno Soares que dizia respeito a um parque aventura. Mencionou que esse parque aventura será construído num terreno disponibilizado pela Câmara Municipal de Constância e que a sociedade Parque Almourol deterá uma pequena percentagem do seu capital. -
- A propósito do Centro Educativo informou que a questão da eficiência energética fazia parte das preocupações iniciais e que a Câmara pretende que essa vertente tenha um peso significativo. Informou que o mesmo Centro irá localizar-se junto à escola C+S de Vila Nova da Barquinha. -----
- Em relação ao projecto de arrelvamento do campo de futebol de Atalaia mencionou que se encontra em fase de aprovação um relvado sintético e que espera poder lançar-se o concurso público durante o ano de 2008. -----
- Relativamente ao Contrato Local de Desenvolvimento Social, informou que tem a ver com um conjunto de parcerias em que se pretende mobilizar a comunidade e dar a conhecer um conjunto de programas, quer a nível da habitação, da saúde, dos equipamentos sociais, envolvendo-se a Câmara na sua divulgação. -----
- Em relação à plataforma do Médio Tejo mencionou que não se tratam de assuntos no âmbito da Comunidade Urbana dado que se trata exclusivamente de programas sociais. -----

- A propósito do Centro de Negócios referiu que, segundo a equipa do Senhor Augusto Mateus, este é um bom exemplo de gestão e que os empresários estão envolvidos desde o início e compartilham os custos do território onde se encontram implantados. Informou que já existem empresas a pagar condomínio e que a sociedade se encontra formada. Informou de igual modo, que esta forma de gestão permite o acesso a fundos comunitários relativamente às áreas de localização empresarial. Além disso, evidenciou o esforço significativo de aquisição de mais de 300 mil metros quadrados para alargar a área de localização empresarial com a revisão do Plano Director Municipal que se insere na lógica do Plano de Acção do Médio Tejo, que define esta área territorial como a “Porta Norte de Lisboa” em especial na área da logística. -----

- Relativamente ao Fórum da Juventude referiu que se trata de um pré-projecto indicado no âmbito das intenções de aplicação dos fundos comunitários que se encontra na fase de definição de conteúdos para que se possa lançar concurso. Referiu que a Câmara ambiciona que seja um espaço multiuso, onde pudesse haver campismo com algumas condições, um edifício com serviços disponíveis para jovens e áreas de apoio a um espaço mais alargado, sendo uma das hipóteses de localização junto à Sede dos Escuteiros, do Agrupamento 583. -----

- A respeito do Programa Pares referiu que a Câmara tem mobilizado e ajudado nos mais diversos aspectos, desde a execução do projecto, desde a disponibilidade de terrenos, e apoiado a viabilidade financeira dos projectos, e que existem dois projectos em curso e pré-aprovados no âmbito do Programa Pares, sendo o primeiro respeitante a uma creche e um centro de dia localizados na paróquia da Atalaia, liderado pelo Padre Laranjeira, e o segundo promovido pelo Núcleo Local da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral na freguesia da Barquinha, próximo de Moita do Norte, na zona do Moinho de Vento. -----

- Em relação à Geminação com Cabo Verde informou que a sua deslocação a este país, em Novembro, embora ainda não tenha sido formalizada a Geminação, foi uma resposta a um convite e permitiu aprofundar o conhecimento das realidades com que Câmara irá trabalhar. Neste âmbito,

adiantou que a Câmara pretende fazer um verdadeiro projecto de Geminação e não apenas acções de caridade. Informou que se trata de uma comunidade muito jovem em que o número de crianças é impressionante e onde as carências a nível escolar são muitas. Salientou que não se trata de uma questão de caridade, mas que face às grandes carências a disponibilização de activos em espécie representa uma colaboração efectiva com os actores locais que têm dificuldade em valorizar a área da educação. Informou que é pretensão da Câmara realizar, em Janeiro, uma reunião onde estejam presentes as diversas entidades locais, associações, caritas, paróquias, para que se possa elaborar um plano de acção, incluindo parcerias de formação, que se apresenta como uma das principais carências. -----

- Por último informou que os salários da empresa a que foi atribuído um lote do Centro de Negócios se encontram acima da média e do salário mínimo. ----

Neste momento foi dada novamente a palavra aos Senhores Deputados que fizeram as seguintes intervenções: -----

O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** questionou o Senhor Presidente da Câmara no sentido de ficar esclarecido sobre os Centros Náuticos e a sua concessão. -----

O Senhor **Vítor Dias da Silva** solicitou esclarecimento acerca da transformação em arruamento da Estrada Nacional 3, considerando que este projecto devia estender-se até à entrada da Barquinha do lado poente, de Tancos, não existindo justificação para não se realizar a transformação em arruamento da totalidade deste troço. -----

Tomando novamente a palavra o Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----

- Em relação aos Centros Náuticos referiu que ocorreu uma cessão da posição contratual que dependia do acordo da Sociedade Parque Almourol e no âmbito desta cessão contratual foi feita uma adenda para que fiquem definidas novas regras, nomeadamente, considerando-se que era importante que a Sociedade Parque Almourol também pudesse, tendo em conta os equipamentos (Centros Náuticos), acompanhar esta actividade e daí vir a ter uma percentagem (30%). Neste contexto de revisão da cessão contratual, a Câmara de Vila Nova da Barquinha garantiu que uma parte do equipamento deixa-se de se enquadrar

no âmbito daquela gestão e pudesse ser aproveitada para apoio a outras actividades e outras entidades, tratando-se do edifício da Casa da Hidráulica. --
- Relativamente à Estrada Nacional 3 referiu que se trata de uma questão de prioridades que têm de ser definidas, que o concurso público ascende a um valor de dois milhões e setecentos mil euros e que a sua execução depende da existência da necessária cobertura financeira. -----

----- Ponto Dois – Pedido de autorização para lançamento de Derrama para o ano 2008. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para informar os Senhores Deputados acerca deste ponto. -----

O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que nenhum dos empresários que se fixaram no Centro de Negócios perguntou qual o valor da derrama no concelho, informando que a derrama incide sobre o lucro tributável podendo ser fixada até 1,5% e que a Câmara fixou uma taxa 10% abaixo do valor máximo legal para as empresas que apresentem um volume de negócios superior aos 150 mil euros e 20% abaixo do valor máximo legal para as empresas que declarem um volume de negócios inferior a 150 mil euros. Informou que em termos de fiscalidade municipal a Câmara pretende manter uma estabilidade das taxas de IMI e, face à expectativa de que a derrama seja a receita com maiores acréscimos nos próximos anos, em termos percentuais, vir propor a redução do IRS na mesma proporção, ou em igual valor, do acréscimo de receitas com origem na derrama, utilizando o normativo legal que, através da nova Lei das Finanças Locais, permite abdicar até 5% do montante da receita do município em termos de IRS, que representa abdicar de um máximo de 200.000 euros do FEF do Município. Assim, concluiu afirmando que a estratégia fiscal municipal pretende repartir pelos munícipes que pagam IRS os ganhos do sucesso da aposta e do esforço de atracção de investimentos para o concelho. -----

Após inscrições os Senhores Deputados realizaram as seguintes intervenções: -----

O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** interrogou o Senhor Presidente no sentido de saber se o quadro mencionado na documentação era referente ao ano passado e se os sujeitos passivos se referem às empresas. Perguntou

ainda se antes o limite era 10% e se com a entrada em vigor da Lei passou a ser 1,5%. -----

– O Senhor **Presidente da Câmara** informou que a derrama era de 10% sobre a colecta, sobre aquilo que era o pagamento de IRC, e agora passou a ser 1,5% sobre o lucro tributável que é um valor determinado antes da colecta. Informou que a Associação Nacional de Municípios Portugueses considera que, de modo geral, 1,5% do lucro tributável produz um nível de receitas de derrama inferior aos anteriores 10% sobre a colecta, podendo acontecer o contrário apenas nalguns casos muito específicos. -----

Tomando novamente a palavra o Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** referindo que estava de acordo, mas sugeriu que para as empresas com volume de negócios inferior a 15.000 euros a taxa fosse reduzida para 1% em vez dos 1,2% propostos e se aumentasse a derrama no escalão superior a 150.000 euros para 1,5%. Por outro lado, perguntou se as empresas incluídas no escalão superior a 150.000 euros são os bancos e se a taxa da derrama também se aplica a empresas em nome individual, tendo sido respondido que se aplica a todos os sujeitos passivos. -----

O Senhor Deputado **Emmanuel Amaral** em relação à Derrama referiu que se devem considerar as novas competências atribuídas pela nova Lei das Finanças Locais e os instrumentos fiscais que estão ao dispor dos municípios de forma a obter alguma receita, tendo em conta que a receita própria será cada vez mais relevante para o financiamento dos investimentos necessários ao Município. Referiu que a não aplicação da taxa de Derrama, nos valores apresentados, seria uma grande irresponsabilidade e falta de coerência, sobretudo ao nível da capacidade de negociação de outras receitas para financiamento dos investimentos do Município. Afirmou que concorda com os valores propostos, solicitando informação sobre os valores aplicados pelos Municípios vizinhos, e que também está de acordo com a possibilidade de flexibilizar o valor da tributação do IRS tendo em conta as futuras receitas da derrama. -----

O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** em relação à Derrama referiu que não sabe se a irresponsabilidade é não lançar ou lançar. Mencionou que, segundo os especialistas em economia, que o ano de 2008 vai ser dramático para as

empresas. Mencionou que tem dúvida que os 4.000 contos de receita que agora se lançam venham resolver alguma coisa ou se vêm apenas criar mais problemas às empresas. Referiu que se deveria esperar que as empresas recuperassem da crise e que o lançamento da derrama apenas vem castigar as empresas numa altura em que estão em situação difícil. Concluiu referindo que não iria votar favoravelmente neste ponto. -----

O Senhor Deputado **Paulo Constantino** referiu que discorda da opinião anterior, sendo esta a melhor altura para fixar a Derrama pelo facto de estar a iniciar-se a instalação de empresas no Centro de Negócios que devem ser tratadas com confiança e transparência dando-lhes a conhecer desde início as regras e os impostos que irão suportar. Referiu que os impostos a serem aplicados não devem depender do ciclo económico, podendo haver um aumento ou uma descida dos impostos consoante a fase do ciclo económico, não se devendo adoptar como filosofia subjacente ao lançamento do imposto a existência de um ciclo económico ascendente ou descendente. Por outro lado, é um imposto que não vai afectar a competitividade visto que os concelhos limítrofes também aplicam a derrama. Por fim, mostrou-se surpreso pelo facto das preocupações evidenciadas incidirem fundamentalmente sobre a tributação das empresas não tendo em conta as possibilidades de redistribuição de rendimento pelas pessoas singulares, ou seja, o carácter social que esta proposta encerra. No entanto sugeriu à Câmara Municipal que, para além da contrapartida do IRS, estude qual o impacto da redução do IMI e a possibilidade desta se processar em contrapartida de eventuais acréscimos das receitas da Derrama, acusando a oposição de apenas se lembrar da redistribuição a favor das pessoas aquando da discussão das taxas de IMI mas rejeitarem-na quando essa possibilidade surge no âmbito IRS em contrapartida da derrama sobre as empresas. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** tomou da palavra para referir que este imposto se aplica aos lucros, logo não vai prejudicar as empresas, pois se não tiverem lucro nada lhes será cobrado. -----

Tomando a Palavra o Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----

O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que a experiência de contacto com os empresários revela que estes não questionam o valor da derrama, sendo perceptível que não é relevante o valor da derrama nas decisões de sediar ou não as empresas. No que respeita à questão da competitividade, informou que os concelhos limítrofes, de modo geral, têm em vigor as taxas máximas, enquanto as taxas de derrama propostas se encontram 10% e 20% abaixo do máximo legal. Para terminar, salientou o facto de, no distrito de Santarém, existirem apenas dois municípios além do Município de Vila Nova da Barquinha que não tomaram uma decisão sobre este imposto, Sardoal e Ferreira do Zêzere. -----

O Senhor Deputado **Paulo Constantino** tomou da palavra para referir que foi recentemente apresentado um estudo elaborado pelo Centro de Estudos Fiscais referente a uma análise sobre o impacto dos impostos no investimento, tendo concluído que a carga fiscal não é um factor determinante das decisões de investimento, apesar de ter algum impacto. -----

O Senhor Deputado **Valter Caldeira** informou que votar contra não é uma atitude irresponsável pelo facto de, em termos estratégicos e face ao ano de desgraça que as empresas atravessam actualmente, pagando impostos atrás de impostos, ser adequado aplicar a derrama apenas daqui a uns anos numa melhor conjuntura económica para as empresas. -----

O Senhor **Paulo Constantino** tomou da palavra para asseverar que não mencionou que era uma irresponsabilidade votar contra, tendo apenas apresentado argumentos a favor da proposta. Além disso, afirmou que as empresas em situação de desgraça irão ter prejuízo ou então não são situações de desgraça. -----

O Senhor Deputado **Inocêncio Cruz** perguntou se este imposto incide sobre o lucro e afirmou que assim sendo não há desgraça para a empresa. -----

---- Tendo sido colocado à votação o pedido de autorização para lançamento de Derrama para o ano 2008, este foi aprovado por maioria com 3 votos contra dos Deputados Vítor Dias da Silva, Eduardo de Oliveira e Valter Caldeira do PSD e 16 votos a favor dos Deputados da CDU e do PS. -----

----- Este ponto da acta foi aprovado por unanimidade e em minuta, para efeitos imediatos. -----

----- Ponto Três – Aprovação dos Documentos Previsionais de Gestão para 2008 – Orçamento e Grandes Opções do Plano. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para informar os Senhores Deputados acerca deste ponto. -----

Referiu que foi efectuada uma alteração de metodologia que acaba por ter relevo em termos de balanço, do documento do orçamento e do plano de actividades. Informou que respeita ao facto das receitas previsíveis, nomeadamente, as receitas de capital se encontrarem ainda numa fase de incerteza no que respeita aos fundos comunitários. Salientou que a aplicação do QREN se encontra atrasada e que apenas agora começam a sair alguns dos regulamentos, em termos de Comunidade Urbana as coisas estão indefinidas, se vai ou não haver contratualização, em que termos é que vai ser feita, sobre que incidências. Mencionou que, neste contexto, passou a ter maior relevo a parcela do financiamento não definido, ou seja, para aqueles investimentos em que se prevê a utilização de fundos comunitários existe uma verba definida que representa o esforço directo da Câmara, resultante do planeamento de financiamento em termos de fundos comunitários que prevê que, em média, se recorra a um financiamento de 70% de fundos comunitários, a 20% de empréstimos bancários e a 10% de esforço directo da Câmara Municipal. Referiu que nesse contexto o valor global do orçamento caiu de 2007 para 2008, apresentando um contexto de alguma restrição e, em função da metodologia referenciada, não estando contabilizados os empréstimos que a Câmara possa vir a fazer para complementar o investimento comunitário, bem como as verbas comunitárias visto que ainda não sendo conhecidos os regulamentos comunitários não se encontra garantido o acesso a esses fundos. Mencionou que o texto inicial refere os principais projectos da Câmara Municipal, estando definida a Educação como uma das primeiras prioridades, sendo estes: a escola Pré-Primária da Moita do Norte, em fase de concurso público para obras; o Centro Escolar de Vila Nova da Barquinha, denominado “Ciência Viva”, cujo projecto educativo se encontra em definição com os professores, e a adaptação da escola EB2/3 em escola integrada cujo projecto

de execução deu entrada na Câmara Municipal. Mencionou de igual modo, as IPSS, uma área em que os municípios vão ganhar mais competências, sendo estas: o Centro de Dia e a Creche da Atalaia, promovido pelo Centro Social e Paroquial da Atalaia constituído em IPSS, e o Projecto do Núcleo de Paralisia Cerebral em Vila Nova da Barquinha. Informou que foi efectuado um protocolo com a Associação das Madeiras para se desenvolver um projecto na área social e a possibilidade de uma parceria com a Santa Casa da Misericórdia. Referiu que se prevê a continuação, no âmbito do PROHABITA e dos imóveis degradados, do lançamento de novos concursos em parcerias público privadas. Em relação à revisão do PDM referiu que se trata de uma actividade chave que determinará a qualidade de vida a médio e longo prazo no concelho. Informou que quanto ao saneamento básico a situação ainda não se encontra completamente resolvida, em termos de alta, com as Águas do Centro mas que em baixa foi finalizado o projecto das Madeiras e encontra-se em fase de concurso o projecto de saneamento nas Limeiras. Referiu que o planeamento da Câmara em termos de infra-estruturas desportivas, área claramente deficitária no concelho que se pretende aprofundar em sede de PDM, pretende proceder à sua implantação numa área de 5 hectares na Atalaia, área de cedência de um loteamento, onde actualmente se encontra o campo de futebol, o qual será transformado em relvado sintético. Informou ainda que a Câmara pretende colocar à discussão um plano abrangente sobre as infra-estruturas e equipamentos a implantar nessa área. Comunicou ser pretensão da Câmara Municipal realizar o projecto base de ampliação do Parque Empresarial para cerca de 330 mil metros de terreno adquirido e que o projecto de sede do Centro de Negócios, onde se prevê um local para um pequeno serviço bancário, cafetaria, restaurante e ninho de empresas, se encontra já em fase final. Mencionou também a transformação da EN3, a beneficiação de estradas e arruamentos do concelho, onde se inclui a estrada de Vale Seixo e outros arruamentos, a aquisição de terrenos, como o terreno junto ao Cemitério da Atalaia e os projectos de uma espécie de Valtejo II, pretendendo-se definir e consensualizar, durante o ano de 2008, uma nova estratégia em conjunto com os dois Municípios parceiros na qual se incorporarem algumas ideias sobre as

possibilidades de intervenções ribeirinhas fruto do concurso internacional de ideias realizado no âmbito da TAGUS. -----

Após inscrições dos Senhores Deputados realizaram as seguintes intervenções: -----

O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** iniciou a sua intervenção citando a Lei n.º24/98 de 26 de Maio, que no seu n.º 3 do artigo 5º determina que «...os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das Autarquias Locais têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respectivos orçamentos e planos de actividade...», e no n.º 2 do artigo 4º esclarece como devem ser prestadas essas informações. De igual modo, mencionou que a Lei n.º169/99 decreta na alínea r) do artigo 64º «...que a câmara deve dar cumprimento no que diz respeito ao estatuto do direito de oposição...». Assim sendo, considera que algo vai mal. -----

O Senhor Deputado **Fernando Marques Aparício** questionou quais as estradas da Freguesia de Moita do Norte que estão contempladas nas verbas orçamentadas no ano de 2008 e incluídas no montante de 450 mil euros referentes à beneficiação de estradas e arruamentos do concelho. -----

O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** referiu que já foi prática da Câmara Municipal ouvir os partidos políticos e que se mantém o direito de audição dos partidos políticos com assento na assembleia municipal. Em relação à Beneficiação de Estradas e Arruamentos mencionou que a estrada de Vale Seixo, as estradas do Cardal e das Limeiras se encontram num estado lastimoso. Relativamente à aquisição de terrenos junto à Igreja matriz e do cemitério da Atalaia perguntou a que fim se destina, se apenas ao alargamento do cemitério ou se tem mais algum destino. Por último, referiu concordar com o prolongamento da beneficiação da EN3. -----

O Senhor Deputado **Paulo Constantino** comentando o Orçamento e Plano de Actividades sublinhou o aspecto positivo das actividades e da sua ambição, nomeadamente na continuidade dos investimentos ao nível do turismo e da requalificação urbana, do reforço efectivo da função social ao nível da habitação social e, por último, uma forte aposta na Educação e no Desporto. Acerca da possibilidade de sobreavaliação dos orçamentos que o PSD criticou em anos anteriores, afirmando que estas ambições justificam abrirem-se

determinadas janelas, intituladas pelo nosso presidente da Câmara como janelas de oportunidades, para que se possam concretizar estes investimentos. Neste sentido, mencionou que foi surpreendido por um artigo da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Leiria, eleita pelo PSD, em que esta menciona que tem um orçamento altamente sobreavaliado de forma a poder aproveitar convenientemente todos os fundos comunitários que lhe são colocados à disposição, sendo interessante observar que quando o PSD tem responsabilidades de gestão de uma Câmara Municipal considera essa sobreavaliação um instrumento imprescindível para obter bons resultados. Relativamente ao orçamento referiu que não gosta muito apreciar os seus valores pelo facto de serem previsionais e muitas vezes não se concretizarem. No entanto, manifestou que iria proceder à sua análise tendo em conta os últimos valores das contas do ano de 2007 e colocando a hipótese de a gestão orçamental e financeira será semelhante à executada nos anos anteriores. Neste sentido, referiu que se observa uma conversão das dívidas de curto prazo em passivo longo prazo, o que permite alguma estabilidade da forma de financiamento da Câmara, mantém-se o “*superávit*” do saldo corrente, que se verifica não ser obtido à custa das dívidas a fornecedores na área das despesas correntes, verificando-se que se mantém uma adequada gestão. Por último sugeriu que na área das aquisição de bens e serviços, os quais são financiados por impostos em cerca de 450 mil euros face à insuficiência da receita da venda de bens e serviços para suportar os seus custos, se proceda à definição de indicadores que permitam objectivar quais os custos e benefícios da prestação destes serviços aos cidadãos de modo a avaliarmos se os benefícios obtidos justificam os custos da aquisição dos bens e serviços em causa, evidenciando ao nível da prestação de contas os resultados obtidos com a afectação dos bens de capital e com a gestão dos investimentos. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** tomou a palavra para informar o Senhor Deputado Eduardo de Oliveira que este tinha razão na sua intervenção relativamente ao direito de oposição. -----

Tomando a Palavra o Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----

- Relativamente à questão de serem ouvidos os partidos políticos referiu que antes da aprovação do orçamento realizaram-se quatro reuniões para serem ouvidas propostas e sugestões, estando sempre em aberto propostas de actividades para os planos dos anos seguintes. -----

- Em relação à questão das estradas e arruamentos referiu que não estão definidas as empreitadas que vão ser concretizadas pelo facto de não se saber qual a verba disponível para essa finalidade, estando o trabalho dos projectos de execução das estradas e arruamentos em cerca de 80 a 90% das necessidades e que em função do valor disponibilizado será efectuado um rateio. Informou quem em relação à Freguesia de Moita do Norte a preocupação localiza-se no Cardal onde existem arruamentos em muitas más condições. -----

- Relativamente ao terreno junto à Igreja Matriz e ao cemitério da Atalaia referiu que possibilitará a ampliação do Cemitério, a criação de um estacionamento junto ao Monumento Nacional, a Igreja Matriz e permitir o depósito de monos e alguns dos resíduos, em vez de estarem na zona envolvente da Encosta da Capela, e apoiar o planeamento de toda a área norte da Atalaia até A23. -----

- Por último, afirmou que também subscreve o prolongamento da EN3 e explicou que, sendo escassos os fundos comunitários para as estradas e arruamentos, pelo facto da prioridade se centrar na área da competitividade, da inovação e do apoio à criação do emprego, não pode esgotar o “*plafond*” da Câmara na EN3 de modo a poder dar resposta a outras prioridades evidenciadas pelos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Os senhores Deputados interviram para manifestar o seguinte: -----

O Senhor Deputado **Eduardo Oliveira** considera que devem respeitar-se os partidos políticos que devem ser ouvidos sobre o orçamento, não tendo sido realizadas reuniões da Comissão Permanente. Acerca dos documentos previsionais de gestão afirmou que os objectivos do município, em termos gerais, não podem ser muito diferentes dos seguidos, contudo considera que existem algumas opções que não são prioritárias, como sejam, o relvado do campo de futebol da Atalaia, o Museu Virtual na Praia do Ribatejo, como em tempos afirmou, e à construção de habitação social na Praia do Ribatejo. -----

Por outro lado, afirmou que estes documentos têm vindo a ser muito inflacionados e que não existe rigor nestes documentos, como foi assumido pela referida Presidente da Câmara Municipal de Leiria. -----

Além disso, afirmou que os valores indicados para 2007 não foram realizados e que os valores indicados para outros anos já não são iguais aos agora apresentados, considerando que se tratam de erros nos documentos do ano anterior ou no que se encontra em discussão. -----

O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** referiu que algumas pessoas têm dificuldade em compreender quais são as obras a executar. Referiu que se o documento tivesse rigor, independentemente das rubricas orçamentais tais como estão estabelecidas e obrigam a ser feito assim o documento, haveria um documento suporte à discussão do orçamento a indicar para cada rubrica qual o valor das obras que aí se pretende incluir e quanto seria afecto a cada uma delas, o que não acontecendo cada um faz aquilo que lhe apetece e que melhor lhe aconselha. Reforçou ainda que o orçamento apresentado pela Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha é dito de rigor, mas que de rigor não tem nada e que a Presidente da Câmara de Leiria assume que não faz rigor nos documentos para que as pessoas que nele participam e tenham voz activa o saibam. Mencionou que o Senhor Presidente da Câmara já tinha informado que se tinha acabado o “superávit” das despesas correntes. -----

O Senhor Deputado **Paulo Constantino** informou o Senhor Deputado Vítor Dias da Silva que referiu apenas os valores das contas do dia 13/12/2007. Relativamente à questão do rigor dos documentos e da sobreavaliação, referiu que a sua apreciação incidiu sobre os valores da conta de gerência porque o rigor se reflecte na prestação de contas e na boa gestão, afirmando ainda que é falsa a ideia de falta de rigor, em termos gerais, que a oposição tenta transmitir a partir de alguma sobreavaliação de uma ou outra rubrica do orçamento. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou da palavra para referir o seguinte:

- Mencionou que se penaliza por não ter ouvido a oposição no que respeita ao Orçamento. Sugeriu ao Senhor Deputado Eduardo de Oliveira que em Fevereiro apresentasse um pensamento estruturado sobre o que consideram importante em termos de infra-estruturas desportivas, indicando o que

considera prioritário visto não concordar com o piso sintético do campo de futebol da Atalaia. -----

Em relação ao facto do Senhor Deputado Vítor Dias da Silva referir que no orçamento não havia rigor, salientou uma sua intervenção numa sessão anterior em que tinha afirmado que a Câmara estava a entrar em falência técnica. Mencionou que quando saíram notícias nos jornais de Câmaras endividadas o Senhor Deputado Vítor Dias da Silva deve ter estado atento para ver se havia notícias da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha e acabou por constatar que a sua previsão nunca se verificou. Referiu que, com base em critérios muito mais exigentes, a percentagem de utilização se mantém abaixo do limite legal sendo de 47% no endividamento a médio e longo prazo e de 64% em relação ao endividamento líquido, em que o nível de exigência é maior. Salientou que Vila Nova da Barquinha é um dos concelhos que tem um dos maiores níveis de investimento “*per capita*” de toda a região de Lisboa e Vale do Tejo e conseguiu multiplicar por 4, passar de 1 para 4, o nível de investimento no concelho mantendo o cumprimento dos limites legais de endividamento, ou seja, conseguiram-se níveis de investimento nunca antes alcançados no concelho com o cumprimento de limites mais exigentes, o que permite pensar as candidaturas ao QREN com ambição, mas sempre com realismo. Relativamente ao “superávit” referiu que não se podia ter para sempre o nível de poupança em termos daquilo que são as receitas correntes, mas que esta poupança irá manter-se enquanto for possível, e que existem boas despesas correntes tal como as executadas na área da Educação. Referiu que este foi o primeiro ano em que fez o esforço de compilar um documento de 20 páginas para acompanhar e enquadrar o orçamento e o plano, no qual se enunciam os principais projectos, sendo injusto virem os Senhores Deputados dizer que não conseguem ler nada nos documentos. Para terminar, manifestou-se surpreendido pelo facto da oposição dizer que “não há rigor nenhum” a respeito do orçamento que apresenta o valor mais baixo dos últimos anos e que, felizmente para o concelho de Vila Nova da Barquinha, não há rigor nenhum nas previsões do Senhor Deputado Vítor Silva. -----

---- Tendo sido colocado à votação a Aprovação dos Documentos Previsionais de Gestão para 2008 – Orçamento e Grandes Opções do

Plano, este foi aprovado por maioria com 2 votos contra dos Deputados Eduardo de Oliveira e Vítor Dias da Silva do PSD, 3 abstenções do Deputados Valter Caldeira do PSD, João Filipe Ricardo e Carlos Timóteo da CDU e 14 votos a favor do PS. -----

----- Este ponto da acta foi aprovado por unanimidade e em minuta, para efeitos imediatos. -----

Não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão. -----

E para constar se lavrou a presente acta que depois de aprovada, vai ser assinada pelos Senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários. ---

----- O Presidente da Assembleia Municipal

----- O Primeiro Secretário

----- O Segundo Secretário

Lista de Anexos

Anexo nº1 Lista de Expediente.

Anexo nº2 Mensagem de Natal apresentada pelo Senhor Deputado Aníbal Júlio Rodrigues.

\Anexo nº3 Informação Escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara.